

REDE DE INTRIGAS / FALAS INCENDIÁRIAS

José Carlos da Costa Pinheiro
Historiador, Bel. em Direito e pesquisador do CEEC/UNEB

Precisamente a 05 de outubro de 1997 estaremos comemorando o Centenário do término da Guerra de Canudos, período compreendido de novembro de 1896 a outubro de 1907. Está ligado a este episódio da história brasileira, a figura do líder religioso e político Antônio Vicente Mendes Maciel, o “Antônio Conselheiro”, nascido em Quixeramobim, Ceará, em 13 de março de 1830. Por volta de 1859 muda-se para Sobral e emprega-se como caxeiro, a seguir vai para Campo Grande com a função de Escrivão de Paz e daí para Ipú como requerente no Fórum. Em 1871, a Justiça penhora-lhe os últimos bens: “Auto de Penhora - Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e setenta e um, aos dois dias do mez de outubro do dito anno nesta cidade e na rua do Cotovello, onde foi vindo o official de justiça abaixo assignado, ahi, e em cumprimento do presente mandado penhoramos duas êgoas novas castanhas, dois poltros de muda, um castanho e outro cardão, um poltrinho cardão e uma poltrinha da mesma cor, um novilhote azul e um bizerro liso, tendo os

Rev. Canudos, Salvador, UNEB, v. 2, n. 2, 1997

referidos animais a marca à margem, um relógio de prata desconsertado, uma corrente de ouro para o mesmo, um colete de fustão, um chapéu de pello usado, um palitot, de panno fino preto, um jogo de caixa de pregaria de bom uso (estes bens foram avaliados por 270 \$ 000), dois mil - réis, outra dívida de quatro mil-réis da responsabilidade de Ambrósio de tal, morador no Patu, e finalmente outra dívida da responsabilidade de Francisco de Campos Lima, morador no Riacho Verde, da importância de quatro mil oitocentos e quarenta, cujos bens foram depositados em mãos e poder do tenente Antônio Augusto de Oliveira Castro, depositário particular, que se obrigando às penas da lei, assigna este auto judicial com o dito official e commigo, que o escrevi. Official de Justiça Eufrásio José de Sant'anna . - Antônio Augusto de Oliveira Castro" ¹.

A partir de 22 de novembro de 1874 começa a ser noticia e o RABUDO, um jornal de Estância/Sergipe, é o primeiro a noticiar o seu aparecimento sob a alcunha de Antônio dos Mares. Este jornal editado por Manoel Lopes de Souza Silva, parecia antever, inclusive porque contribuiu para a rede de intrigas o rastro sinistro que viria ocorrer 23 anos depois, conforme podemos observar em suas linhas:

"Anda no caráter missionário, pregoando ensinando a doutrina de Jesus Christo, diz. Suas prédicas consistem na proibição dos chales de merinó, botinas, pentes; e não comer se carne e cousas doces nas sextas e sábados. Tem levantado latadas em diversos lugares e por onze dias arrastado o povo a seos concelhos sendo tudo bem semelhante a uma missão de cujas ordens se acha revestido. (...) pedimos providências a respeito: seja esse homem capturado e levado a presença do Governo Imperial, a fim de prevenir os males que ainda não foram postos em prática pela autoridade da palavra do FR. S. Antônio dos Mares moderno.

Dizem que elle não teme a nada e que estará a frente destas ovelhas.

Que audácia!

Rev. Canudos, Salvador, UNEB, v.2, n.2, 1997

O povo fanático sustenta que n'elle não tocarão; já tendo se dado casos de pegarem em armas para defendel-o. Para qualquer lugar que elle se encaminha segue-o o povo em tropel, e em numero fabuloso: Acha-se agora em Rainha dos Anjos, da Provincia da Bahia, erigindo um templo." ²

Sempre ao lado dos oprimidos, Conselheiro se indispunha com o sistema dominante, que o via como uma grande ameaça. Começava a atrair a hostilidade principalmente dos proprietários de terra, que tinham a mão-de-obra evadida e, do clero, na perda do seu "rebanho".

Diversas foram as tentativas no sentido de dissolver o séquito Conselheirista. Em maio de 1895, o Frei Evangelista de Monte Marciانو, (1843 - 1921), capuchinho italiano que esteve em uma Santa Missão no Arraial de Canudos, apresentou posteriormente, um relatório sobre Conselheiro e seus seguidores. Vejamos alguns trechos desse importante depoimento, quando o frei italiano se dirige a Antônio Conselheiro "as primeiras palavras que trocamos versaram sobre as obras que se construíam, e elle convidou-nos a examinal-as, guiando-nos a todas as divisões do edificio". Adiante o religioso explica a Conselheiro que "ia abrir uma Santa Missão, e aconselhar o povo a dispersar-se e a voltar aos lares e ao trabalho no interesse de cada um e para o bem geral". E o povo dizia: "nós queremos acompanhar o nosso Conselheiro" e Antônio Conselheiro, voltando-se para o Frei Evangelista, declarava: "é para minha defeza que tenho comigo estes homens armados, porque V. Revm. ha de saber que a policia atacou-me e, quiz matar-me no lugar chamado Maceté, onde houve mortes de um e de outro lado, no tempo da Monarchia deixei-me prender, porque reconhecia o Governo; hoje não, porque não reconheço a Republica - eu não desarmo minha gente, mas também não estorvo a Sta. Missão". ³

Ainda este religioso, no sétimo dia da sua Missão a Canudos, preconizando o fim trágico que ocorreria em outubro de 1897, dizia: "desconheceste os emissários da verdade e da paz, repeliste a visita

Rev. Canudos, Salvador, UNEB, v.2, n.2, 1997

da salvação; mas ali vêm tempos em que forças irresistíveis sitiarão, braço poderoso te derrubará, e arrazando as tuas trincheiras, desarmando os teus esbirros, dissolverá a seita impostora e maligna que te reduziu a seu jugo, odioso e aviltante". 03

São inúmeras as causas que determinaram a Guerra de Canudos. Desde o dito "incidente desvalioso" referente ao madeirame encomendado em Juazeiro - Bahia, ao Cel. João Evangelista Pereira de Melo, cuja entrega não ocorreu no prazo estabelecido; até a mobilização dos setores oligárquicos inquietos com o crescimento vertiginoso do Arraial Conselheirista.

Fato é, que em telegrama, datado de 29 de outubro de 1896 dirigido ao Governador da Bahia, Conselheiro Luís Viana, o Juiz Arlindo Leoni (1869 - 1936), da Comarca de Juazeiro, invoca a ação do Estado. Diz o telegrama: "*Conselheiro Governador. Notícias transmitidas por positivo confirmam boato da vinda do perverso Antonio Conselheiro reunido a bandidos; partirão Canudos 2 vindouros. População receosa. Cidade sem garantias. Requisito enérgicas providências. Juiz de Direito. Arlindo Leoni*".⁴

A agitação do Clero estava expressa nas correspondências confidenciais dirigidas ao Arcebispado da Bahia. Um dos párcos, o vigário coadjutor de Inhambupe, Júlio Fiorentini, foi o mais ardoroso opositor de Antônio Conselheiro, conforme explicita a sua correspondência, uma delas afirma ser o peregrino cearense, "*o lobo devorador de almas, que tem feito e continua a fazer um mal horrível ao rebanho*". E é mais contundente: "O tal Antonio Conselheiro ainda anda em roda das freguesias de Inhambupe, Aporá e Itapicuru, continuando sempre o seu plano de ataque a religião Catholica de Roma e a moralidade -. O pobre infeliz rodeado de mais de centocinquenta homens armados, pretende sustentar por força o mal que fez, constringindo assim os catholicos incautos a ouvirem suas perveras doutrinas, assaltando como um ladrão e bandido, os lugares onde pensa fazer alguma conquista e ingrandecer por esse modo o seu sequito criminoso -. *Senhor tal homem, procede de tal forma, que fascina, attrahe, seduz os po-*

bres ignorantes a segui-lo, ficando assim, não somente a religião Catholica Romana, que é também a do Estado, opprimida; mas a vida dos cidadãos compromethida e atacada, pois elles Antonio Conselheiro e seos bravos ameaçam de morte todos que tem a ousadia de resistir ou obstar os planos diabolicos do novo heretico, o herege furibundo e ferino -. Os Sacerdotes, parochos, que tem zelo e pretendem espellir de suas freguesias o tal energumeno chefe de horrorosa quadrilha de ladroes e assassinos, vem-se perseguidos, atacados ameaçados de morte, tal forma que as autoridades locais, sem as forças precisas para repellir tanto mal, são obrigadas a presenciar as mais horripilantes trajédias -. *...Senhor as coisas andam de tal forma, que não é mais possivel ellas continuarem assim, e se do alto não vierem providencias enérgicas não somente a religião Catholica terá muito a soffrer, mas a sociedade haverá a deplorar gravissimos danos*. É pois um dever sagrado que eu tenho de informar Va. Exa. Rmã. observando mui respeitosamente, que é absolutamente necessario que Va. Exa. Rmã. s'intenda com o Exmõ. Sr. Presidente da Provincia e este com o Exmõ Dr. Chefe de Policia, para que sem demora venha um socorro aos povos do centro, particularmente de Inhambupe, Aporá e Itapicuru que se acham atacados pelos comp^{os} do perverso herege perturbando assim a tranquillidade publica sosego das familias e a pax das consciencias. *... É necessario prevenir as Autoridades Ecclesiasticas e Civis, para que em tempo sejam dadas as devidas providencias, afim de que não tenhamos a deplorar maiores males*. - ... e em nome dos Cidadões Brasileiros, Bahianos, que se vêm atacados em seos bens em suas propriedades, que Va. Exa. Rmã. haja por bem dar providencias enérgicas, intendendose com o Sabio Governo da Provincia, porque é de suma urgencia, que o tal homem e seos capangas sejam repellidos".⁵

Já o Barão de Geremoabo, Cícero Dantas Martins (1838-1903), poderoso proprietário de terra na região de Itapicuru, politico influente, grande articulista, também tem seus temores, "via em Conselheiro, um elemento perturbador da ordem e do trabalho em sua região"⁶ que em verdade significa o pensamento dos numerosos proprietários locais. Em correspondência datada de 24 de fevereiro de 1879 e publicada no Jornal de Noticias da Bahia, 4 e 5 de março expõe: "não posso e não

da salvação; mas ahí vêm tempos em que forças irresistíveis sitiarão, braço poderoso te derrubará, e arrazando as tuas trincheiras, desarmando os teus esbirros, dissolverá a seita impostora e maligna que te reduziu a seo jugo, odioso e aviltante". 03

São inúmeras as causas que determinaram a Guerra de Canudos. Desde o dito "incidente desvalioso" referente ao madeirame encomendado em Juazeiro - Bahia, ao Cel. João Evangelista Pereira de Melo, cuja entrega não ocorreu no prazo estabelecido; até a mobilização dos setores oligárquicos inquietos com o crescimento vertiginoso do Arraial Conselherista.

Fato é, que em telegrama, datado de 29 de outubro de 1896 dirigido ao Governador da Bahia, Conselheiro Luis Viana, o Juiz Arlindo Leoni (1869 - 1936), da Comarca de Juazeiro, invoca a ação do Estado. Diz o telegrama: "*Conselheiro Governador. Notícias transmitidas por positivo confirmam boato da vinda do perverso Antonio Conselheiro reunido a bandidos; partirão Canudos 2 vindouro. População recessa. Cidade sem garantias. Requisito enérgicas providências. Juiz de Direito. Arlindo Leoni*".⁴

A agitação do Clero estava expressa nas correspondências confidenciais dirigidas ao Arcebispo da Bahia. Um dos párocos, o vigário coadjutor de Inhambupe, Júlio Fiorentini, foi o mais ardoroso opositor de Antônio Conselheiro, conforme explicita a sua correspondência, uma delas afirma ser o peregrino cearense, "*o lobo devorador de almas, que tem feito e continua a fazer um mal horrível ao rebanho*". E é mais contundente: "O tal Antonio Conselheiro ainda anda em roda das freguesias de Inhambupe, Aporá e Itapicuru, continuando sempre o seo plano de ataque a religião Catholica de Roma e a moralidade -. O pobre infeliz rodiado de mais de centocinquenta homens armados, pretende sustentar por força o mal que fez, constringindo assim os catholicos incautos a ouvirem suas perveras douctinas, assaltando como um ladrão e bandido, os lugares onde pensa fazer alguma conquista e ingrandecer por esse modo o seu sequito criminoso -. *Senhor tal homem, procede de tal forma, que fascina, attrahe, seduz os po-*

*bres ignorantes a segui-lo, ficando assim, não somente a religião Catholica Romana, que é também a do Estado, opprimida; mas a vida dos cidadãos compromethida e atacada, pois elles Antonio Conselheiro e seos bravos ameaçam de morte todos que tem a ousadia de resistir ou obstar os planos diabolicos do novo heretico, o herege furibundo e ferino -. Os Sacerdotes, parochos, que tem zelo e pretendem espellir de suas freguesias o tal energumeno chefe de horrorosa quadrilha de ladroes e assassinos, vem-se perseguidos, atacados ameaçados de morte, tal forma que as autoridades locaes, sem as forças precisas para repellir tanto mal, são obrigadas a presenciar as mais horripilantes trajédias -. ...*Senhor as coisas andam de tal forma, que não é mais possivel ellas continuarem assim, e se do alto não vierem providencias energicas não somente a religião Catholica terá muito a soffrer, mas a sociedade haverá a deplorar gravissimos danos. É pois um dever sagrado que eu tenho de informar Va. Exa. Rmã. observando mui respeitosamente, que é absolutamente necessario que Va. Exa. Rmã. s'intenda com o Exmõ. Sr. Presidente da Provincia e este com o Exmõ Dr. Chefe de Policia, para que sem demora venha um socorro aos povos do centro, particularmente de Inhambupe, Aporá e Itapicuru que se acham atacados pelos comp^{os} do perverso herege perturbando assim a tranquillidade publica sosego das familias e a pax das consciencias. ... É necessario prevenir as Autoridades Ecclesiasticas e Civis, para que em tempo sejam dadas as devidas providencias, afim de que não tenhamos a deplorar maiores males. - ... e em nome dos Cidadões Brasileiros, Bahianos, que se vêm atacados em seos bens em suas propriedades, que Va. Exa. Rmã. haja por bem dar providencias energicas, intendendose com o Sabio Governo da Provincia, porque é de suma urgencia, que o tal homem e seos capangas sejam repellidos".⁵**

Já o Barão de Geremoabo, Cícero Dantas Martins (1838-1903), poderoso proprietário de terra na região de Itapicuru, político influente, grande articulista, também tem seus temores, "via em Conselheiro, um elemento perturbador da ordem e do trabalho em sua região"⁰⁸ que em verdade significa o pensamento dos numerosos proprietários locais. Em correspondência datada de 24 de fevereiro de 1879 e publicada no Jornal de Notícias da Bahia, 4 e 5 de março expõe: "não posso e não

devo por mais tempo ficar silencioso, os fatos que se têm desenrolado, com assombro geral, nesse Estado e repercutido agudamente nos demais e até fora dele de modo a tornar irrequieto o espírito público, exige a minha apresentação na imprensa.

Refiro-me à magna questão da atualidade negócios de Canudos - que, dia a dia vai assumindo medonhas proporções que, em tempo, seriam evitadas com grande facilidade, sem gastos de rios de dinheiro e perdas de centenas de vidas. *Se o governo não é a providência, é a providência (...)* Não havia quem com força bastante pudesse demover o povo desta faina devastadora, a que gostosamente se entregava na convicção de praticar um ato meritório. Os prajuízos foram incalculáveis e não fez mister encomiá-los.

Cansei de ver os males incalculáveis, presentes e futuros, que Antônio Conselheiro traria para esta localidade.

Desde 1874 e 1876 continuou ininterruptamente esse estado de coisas sempre em estado ascendente.

Começou então a desorganização do trabalho e os efeitos da ociosidade acentuadamente se fizeram sentir.

Crescia mais e mais a influência de A. Conselheiro e, a exceção da minha, posso sem receio dizer, que não houve família que não assistisse às suas orações. (...) Pela segunda vez, ainda ausente em 1876, dirigiram-se as autoridades locais ao Governo, e vindo um oficial com algumas praças de linha foi preso Antônio Conselheiro, conduzido para esta Capital e remetido para o Ceará na suposição de ser criminoso.

Reentrou a população no labor costumeiro quando, algum tempo depois, reaparece inesperadamente este indivíduo. Então ateou com intensidade o fogo do fanatismo e Antônio Conselheiro já não era mais penitente, era um enviado de Deus ou o próprio Deus.

A sua órbita de ação ampliou-se: além das prédicas principiou a levantar pequenos cemitérios e capelinhas.

O povo em massa abandonava as suas casas e afazeres para acompanhá-lo.

Com a abolição do elemento servil ainda mais se fizeram sentir os efeitos da propaganda pela falta de braços livres para o trabalho. A população vivia como que em delírio ou êxtase e a tudo quanto não fosse útil e agradável ao inculcado enviado de Deus, facilmente não se prestava.

Os cemitérios e capelinhas eram construídos com materiais carregados na cabeça ou puxados em carro por pessoas do povo na distância de léguas e léguas: nada por animais, era a doutrina da seita.

Assim foi escasseando o trabalho agrícola e é atualmente com suma dificuldade que uma ou outra propriedade funciona, embora sem a precisa regularidade.

O acúmulo de males em gestação, mais dias menos dias, havia de explodir vulcanicamente, e assim sucedeu.

Foi proclamada a República e então as prédicas de Antônio Conselheiro não eram somente sobre motivos religiosos: estenderam-se ao novo regime que era fortemente atacado.

Republicano, no dizer dele, é excomungado, e quem aderisse e obedecesse as autoridades constituídas, estava fora da lei de Deus. (...) Corria o ano de 1893 quando, em abril, foram constituídos os municípios de Itapicurú, Soure e Amparo, todos desta comarca onde por muitos anos assentou sua tenda Antônio Conselheiro.

Ao serem cobrados, no Soure, os devidos impostos no dia da feira, o povo, obediente às doutrinas de Antônio Conselheiro contra a República, insuflados por indivíduos hoje guindados em autoridades, o

que com ele entretêm relações, fez em pedaços as tabuletas em que estavam afixados para devida publicidade, na falta de imprensa, o orçamento e posturas municipais e prorrompeu, em gritarias infernais, ao atroar de foguetes contra o pagamento de imposto. (...) Levado o fato ao conhecimento do Juiz de Direito da Comarca, este, na feira seguinte, acompanhado do Promotor Público e outras autoridades, para ali dirigiu-se e, com seus próprios olhos viu o movimento sedicioso.

Uma horda de mais de 500 homens, carregados com armas de fogo, facões, cacetes e chuços, fora os índios de Mirandela, com arcos e flechas, percorreu as ruas com ameaças, insultos e impopulares, protestando que se de novo fossem colocadas as tabuletas seriam outra vez despedaçadas, e que ninguém, absolutamente ninguém, pagaria um real de imposto porque não reconheciam e nem obedeciam as leis da República. (...)

Alguns lugares desta comarca e de outras circunvizinhas e até do Estado de Sergipe, ficaram desabitados, tal o aluvião de famílias que subiam para Canudos, lugar escolhido por "Antonio Conselheiro" para o centro de suas operações.

Causava dó verem-se expostos à venda, nas feiras, extraordinária quantidade de gado cavalariço, vacum, caprino e etc., além de outros objetos, por preço de nonada, como terrenos, casas etc.

O anelo era vender, apurar algum dinheiro e ir repartir com o Santo Conselheiro.

Não era que o Governo fosse estranho ao que se passava. A imprensa bradava alerta. No parlamento estadual houve grande discussão, e a resposta dos governistas era endeusar Antônio Conselheiro".⁷

As principais forças políticas do Estado, quer o Governo, quer a oposição se manifestavam. Fala o Governador da Bahia, Luís Viana, em entrevista concedida ao repórter Favila Nunes, da Gazeta de Notícias, em 24.07.1897 e publicada em 07.08 do mesmo ano:

F N - Como explica V. Ex^a. Esta guerra de Canudos ?

Luís Viana - Canudos é um desses acidentes que de quando em vez aparecem e para os quais concorrem múltiplas causas sem que a providência completa dos homens e dos Governos possa prever.

Na mensagem que dirigi ao Senhor Presidente da República sobre tais acontecimentos, expliquei como organizou-se e cresceu aquela horda de fanáticos, a principio de meras crenças religiosas e depois prejudicial à ordem pública, porque já não conheciam e nem obedeciam as leis e nem às autoridades...^(06 p. 140)

F N - Julga V. Ex^a. que com a tomada de Canudos estará concluída esta cruenta guerra ?

Luís Viana - Se for pegado Antônio Conselheiro tudo estará terminado: se porém ele fugir, será preciso persegui-lo onde quer que esteja, para não formar mais grupos. Parece-me que isto não será difícil, pois ele não poderá fugir sem grande séquito, que nos facilite capturá-lo.^(06 p. 148)

Por outro lado, o Dr. José Gonçalves afirmava ao mesmo repórter, no dia 14.08.1897, sendo a entrevista publicada em 21.08.1897:

F N - Que julga V. Ex^a. desta guerra de Canudos e quais os intuitos de Antônio Conselheiro ?

José Gonçalves - Como posso eu julgar semelhante guerra, se não compreendo o que se está passando ?^(06 p. 153)

Quanto aos intuitos de Antônio Conselheiro, não os conheço. Sempre ouvi dizer, nunca o vi, que era um fanático religioso que detestava a República e os republicanos; hoje o que nele aparentemente vejo é um guerrilheiro terrível.^(06 p. 154)

F N - Pensa V. Ex^a. que Antônio Conselheiro possa sustentar esta guerra por muito tempo ?

José Gonçalves - A duração desta guerra depende de circunstâncias que me não é possível determinar. Quem comanda o inimigo é efetivamente Antônio Conselheiro ? Ele cairá em poder das tropas que se apoderarem de Canudos ? Não sei - nem posso prever; portanto, não posso razoavelmente calcular a sua duração. ^(106 p. 154)

O cerco fechava-se em torno de Canudos !

A 5 de outubro tinha fim a Guerra de Canudos e a Ordem-dia. nº 145 de 6 de outubro de 1897 assinada pelo General em Chefe, Artur Oscar expressava: "*Viva a República dos Estados Unidos do Brasil! Está terminada a Campanha de Canudos. Desde hontem que os Batalhões das Forças Expedicionárias passeiam suas bandeiras sobre as ruínas da cidadella, com a consciência de hem haverem cumprido o seu dever.*" ^(104 p. 131)

BIBLIOGRAFIA CITADA:

1. MACEDO, Nertan. Memorial de Vilanova. *O Cruzeiro*, p.114, mar. 1964.
2. RABUDO. Estância: Se, n. 7, p.1-2, 22/nov/1874.
3. MARCIANO, João Evangelista de Monte Frei. *Relatório sobre Antônio Conselheiro e seu Séquito no Arraial de Canudos*, em 1895. Salvador: UFBA. CEB, n. 130, p.4-5, 1987. Relatório apresentado ao Arcebispo da Bahia.
4. MILTON, Aristides Augusto. *A Campanha de Canudos*. ed. UFB^a, 1979. Coleção Cachoeira, v.2 p.131.
5. Arquivo da Cúria Metropolitana do Salvador -ACMS. Arquivo de Microfilmes do CEEC- UNEB. Filme 001-

flash 01. Correspondência do Pe. Júlio Fiorentini ao Arcebispo da Bahia-Inhambuê, 24/out/1886 e 4/jul/1887.

6. GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora*. 2. ed. São Paulo: Ática 1977.
7. ARRUDA, João. *Canudos, Messianismo e Conflito Social*. Fortaleza: UFC/SECULT, 1993 - 183 p.
8. CALASANS, José. Canudos não Euclidiano fase anterior ao início da guerra do Conselheiro. In: *Canudos Subsídio para a sua Reavaliação Histórica*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986 p.20.